

JUSTIÇA RESTAURATIVA E A PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESTORATIVE JUSTICE AND INTEGRAL PROTECTION OF CHILD AND ADOLESCENT

Stefania Fraga Mendes¹

Kelly Cristina Canela²

Hélio Veiga Junior³

RESUMO: Busca-se a Justiça Restaurativa sob a ótica de humanização do sistema a permitir o alcance de soluções satisfativas a partir da conscientização, responsabilização e ressocialização do infrator. O Estatuto da Criança e do Adolescente permite a flexibilidade jurídica para que as práticas de Justiça Restaurativa sejam disseminadas, sem necessidade de alteração legislativa vez que já recepciona o modelo em apreço, como é o caso do instituto da remissão (art.126). O Estatuto prevê medidas de proteção, aplicáveis as crianças e aos adolescentes com direitos violados e/ou na iminência de os serem e as medidas socioeducativas, aplicadas especificamente a adolescentes infratores, que podem fazer uso de mecanismos restaurativos. Promove-se a participação do adolescente, de sua família, da vítima e da comunidade a fim de alcançar uma responsabilização consciente. A Justiça Restaurativa baseada nos valores de empoderamento, participação, autonomia e respeito vai ao encontro do caráter principiológico adotado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que objetiva tutelar a criança e o adolescente de forma ampla, não tratando apenas de medidas repressivas contra seus atos. Enfatiza-se a criança e adolescente como sujeitos de direitos e a busca da responsabilização pelos danos causados, soluções satisfativas e a promoção de direitos. Almeja-se alcançar um ponto de encontro que satisfaça as necessidades das partes envolvidas, promovendo a reintegração social da vítima e do infrator. A Justiça Restaurativa tem o objetivo de obter acordo, reconciliação e segurança. No entanto, para que seja bem sucedida é necessária a colaboração de agentes sociais, políticos e instituições que movimentem políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: conscientização; responsabilização; empoderamento; reconciliação;

ABSTRACT: The Restorative Justice is pursued from the perspective of humanization of the system to allow the reach of satisfactory solutions based on creating a social consciousness, responsibility and promoting the rehabilitation of the offender. The Brazilian Statute of the Child and Adolescent allows the legal flexibility for Restorative

¹MENDES. Stefania Fraga. Mestranda pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (2013). Advogada.

²CANELA. Kelly Cristina. Graduada em Direito (USP), Mestre (Università di Roma Tor Vergata), Doutora (USP) e docente junto ao DDPriv da UNESP.

³VEIGA JR., Hélio. Mestrando pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Especialista em Direito das Famílias pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Advogado.

Justice practices to be disseminated without the need of changing the current law once the mentioned Code already contemplates the model under consideration, such as the Institute of remission (article n. 126 of the Brazilian Statute of the Child and Adolescent). The Statute provides protective measures applicable to children and adolescents who might have their rights violated or about to be disrespected somehow, and the socio-educational measures specifically applied to juvenile offenders who can make use of restorative mechanisms. The participation of the adolescents is promoted as well as of their families, the victims and the community in order to achieve a conscious responsibility. The Restorative Justice based on the values of empowerment, participation, autonomy and respect meets the principles adopted by the Brazilian Statute of Children and Adolescents that aims to protect the children and adolescents broadly, not just treating the repressive measures on their actions. It is emphasized that the children and adolescents are persons who own rights as well as the possibility of searching for responsibility for caused damages, satisfactory solutions and the promotion of rights. It is important to reach a point that meets the needs of the parties involved, promoting the social reintegration of the victim and the offender. Restorative Justice aims at getting agreements, reconciliation and security. However, it is necessary the collaboration of social workers, politicians and institutions that move the public policy.

KEYWORDS: consciousness; responsibility; rehabilitation; reconciliation.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende demonstrar a possibilidade de contribuição das práticas restaurativas na reconstrução de vínculos sociais, a um atendimento efetivo e de forma pedagógica ao adolescente que infringe a lei.

A Justiça Restaurativa tende a transcender da aplicação meramente judicial. Busca-se a reinserção social do adolescente por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e da conscientização do ato praticado a fim de alcançar soluções pacíficas obtidas por meio do diálogo e da compreensão.

No Brasil, a legislação pertinente aos menores de 18 anos é o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). A lei define a criança e o adolescente a partir da faixa etária e dispõe em seu art. 2º “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

A proteção integral da criança e do adolescente, preconizada pelo Estatuto, visa combater qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo a criança e o adolescente pessoas de direito com condições peculiares de desenvolvimento.

Ademais, a Constituição Federal reforça em seu art.227 os direitos que devem ser assegurados com absoluta prioridade à criança, ao adolescente e ao jovem.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão

O Estatuto da Criança e do Adolescente permite flexibilidade jurídica para que as práticas restaurativas sejam disseminadas sem necessidade de alteração legislativa. Há a preocupação com a socialização do adolescente e seu desenvolvimento. Países que adotaram a Justiça Restaurativa apontam eficácia no trato com adolescentes infratores.

O ECA recomenda implicitamente a aplicação das práticas restaurativas delineadas no art.112 que menciona o rol das medidas socioeducativas e no art.126 que prevê o instituto da remissão.⁴

(...) a possibilidade de remissão em decorrência do acordo exsurge não como graça, mas como reconhecimento de que o próprio adolescente foi capaz de reconhecer o direito do outro, no qual se honra a si próprio, revelando a emergência de uma responsabilidade e de uma liberdade até então não entrevista.⁵

Ainda que a remissão não seja concedida e o processo dê continuidade normalmente, caso seja aplicada determinada medida socioeducativa é possível que, na fase de execução, as medidas possam ser fixadas segundo procedimentos restaurativos. Nesse caso, o responsável pelo ato infracional poderia se valer do rol previsto no art. 101 e 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁴ Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas :I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Art. 126: Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional. Parágrafo único: Iniciado o procedimento, a concessão de remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.

⁵ MELO, Eduardo Rezende. Justiça e Educação: Parceria pra a Cidadania (Um Projeto de Justiça Restaurativa – São Caetano do Sul/SP). In: **Revista de Estudos Criminais**. Porto Alegre/RS: Fonte do Direito, ano VI, nº 22, 2006. p. 100.

As medidas de proteção previstas no art.101 do referido diploma legal são aplicáveis a crianças e adolescentes com direitos violados e/ou na iminência de o serem e as medidas socioeducativas destinam-se a adolescentes infratores, previstas no art. 112 e seguintes.

Propõem-se as práticas restaurativas como instrumento eficaz de participação e empoderamento dos adolescentes, bem como de suas famílias e da vítima na resolução de conflitos, buscando a efetiva reparação dos danos causados e a responsabilização consciente do adolescente.

A Resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Resolução n.º 12/2002) disciplina a Justiça Restaurativa e define o Programa de Justiça Restaurativa como “qualquer programa que use processos restaurativos e objetive atingir resultados restaurativos”. Ademais, define o processo restaurativo e menciona o que ele pode incluir: a mediação, a conciliação, a reunião familiar ou comunitária e círculos decisórios.

(...) qualquer processo no qual a vítima e o ofensor, e, quando apropriado, quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime, participam ativamente na resolução das questões oriundas do crime, geralmente com a ajuda de um facilitador. Os processos restaurativos podem incluir a mediação, a conciliação, a reunião familiar ou comunitária (*conferencing*) e círculos decisórios (*sentencing circles*)⁶

Menciona-se ainda, as Regras de Beijing (Regras mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude) e as Diretrizes de Riad (Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da delinquência), que possibilitam que os valores restaurativos estejam de acordo com ações voltadas à proteção e à garantia de direitos.

Breve esboço histórico

⁶ CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DA ONU (ECOSOC). Resolução 2002/12, de 24 de julho de 2002. Regulamenta os princípios básicos para a utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal. **Organização das Nações Unidas**: Agência da ONU para refugiados (UNHCR), E/RES/2002/12. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>. Acesso em: 01 de outubro 2014. (Tradução por Renato Sócrates Gomes Pinto).

O modelo restaurativo deita raízes nos tradicionais métodos *aborígenas* de resolução de conflitos, com o envolvimento comunitário e a implementação de soluções holísticas.⁷

Em 1989, a Nova Zelândia foi o país que impulsionou a implementação das práticas restaurativas a partir dos costumes *aborígenes maoris*. No tocante ao sistema da Infância e da Juventude o país reformulou o sistema a partir dos fundamentos de prevenção e da não reiteração infracional, com a edição do “*children, young persons and their families act*”.

A perspectiva restaurativa tem sido fomentada nas Nações Unidas desde o ano de 1999 quando o Conselho Econômico e Social aprovou a Resolução 1999/28, denominada “Desenvolvimento e Implementação de Medidas de Mediação e Justiça Restaurativa na Justiça Criminal”.

Em seguida, foi definida a Resolução 2000/14, de 27 de julho de 2000, denominada de “Princípios Básicos para utilização de Programas Restaurativos em Matérias Criminais”. Ainda que superficialmente, foi contemplada a Resolução da Assembléia-Geral 56/261 com o nome de “Planejamento das Ações para a Implementação da Declaração de Viena sobre Crime e Justiça – Respondendo aos Desafios do Século Vinte e Um).

Posteriormente, foi promulgada a Resolução 2002/12 do Conselho Econômico e Social da ONU, que declara os princípios da Justiça Restaurativa na dinâmica internacional.

Inicialmente, no Brasil, foram patrocinados três projetos pilotos de Justiça Restaurativa nas cidades de Porto Alegre, São Caetano do Sul e Brasília pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e pelo Ministério da Justiça no ano de 2005. Em seguida, novos projetos para o exercício das práticas restaurativas foram implantados, dentre os quais, o de Belo Horizonte - MG (Projeto Mediar, 2006); Santana-SP (Projeto Experimental Cantaneira de Mediação Penal Interdisciplinar, 2005); Campinas-SP (“Justiça e Educação – Novas Perspectivas”, 2008); Joinville-SC (“Projeto Mediação”, 2003); Heliópolis e Guarulhos-SP (“Projeto Justiça e Educação em Heliópolis e Guarulhos: Parceria para a Cidadania”, 2006); São Caetano do Sul-SP (“Justiça, Educação e Comunidade: Parcerias para a Cidadania”, 2005); Brasília-DF (Projeto no

⁷ SICA, Leonardo. **Justiça Restaurativa e Mediação Penal: O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão do Crime**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p.23.

Juizado Especial Criminal do Núcleo de Bandeirante, 2005); Porto Alegre - RS, (“Promovendo Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro”, 2005).⁸

São identificados três modelos de práticas habitualmente utilizadas pela Justiça Restaurativa: a mediação vítima-ofensor, as conferências familiares e os círculos.

Mediação vítima-ofensor são encontros que envolvem principalmente a vítima e o ofensor com a assistência de um facilitador capacitado, objetivando essencialmente construir e chegar a um acordo reparador; *Conferências familiares* - nestes encontros, além da vítima e do agressor, se inclui os familiares ou pessoas que sejam importantes para as partes, ademais tendem a participar polícia ou agentes de liberdade provisória ou assistentes sociais. Os integrantes da família do ofensor são essenciais e tem papéis importantes nas conferências familiares, de fato este modelo é considerado como um modelo que favorece os laços familiares. *Círculos* se ampliam o espaço de participação, porque além de incluir a vítima e o agressor, estão abertos a qualquer pessoa representativa da comunidade que tenha um interesse em envolver-se no assunto. Algumas vezes incluem membros do sistema judicial. Se forma um círculo e se vai passando o uso da voz a cada um dos participantes, de tal forma que todas as pessoas que formam este tem um tempo para falar e a oportunidade de escutar a todos. Nestes encontros se pretende desenvolver consensos entre os membros da comunidade visando a solução do problema.⁹

Na “mediação vítima-ofensor” há um encontro entre a vítima e o ofensor na presença de um facilitador. Nas “conferências familiares”, além da vítima e do autor do ato infracional fazem-se presentes os familiares e pessoas que transmitem confiança à vítima e ao infrator. Há possibilidade de incluir agentes do estado, como policiais e assistentes sociais. Em alguns países existe polícia especializada para atuar na seara da Infância e da Juventude e que necessariamente participam das conferências.

Já a modalidade denominada “Círculos” além de incluir a vítima e o infrator, qualquer pessoa da comunidade que tenha interesse em se envolver, pode participar.

⁸ BORGES. Nayara Gallieta; PRUDENTE. Neemias Moretti. Justiça Restaurativa como forma alternativa de composição de conflitos de ordem criminal. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto-SP, a. XVII, n. 21, p. 175-190, jan./dez. 2012.p.184-185.

⁹ LARRAURI, Elena. *Tendencias actuales de La justicia restauradora*. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 12, n. 51, Nov./dez. 2004, p.72.

Implementação da Justiça Restaurativa

Discute-se a aplicação das práticas restaurativas aos adolescentes que praticaram atos infracionais como forma de humanização do sistema, responsabilização consciente e reparação dos danos causados à vítima em virtude do fato cometido.

Vê-se na Justiça Restaurativa uma forma de resolução de conflitos, especialmente na esfera da Infância e da Juventude, tendo em vista a devida aplicação do princípio da excepcionalidade da medida socioeducativa de internação, previsto na Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 227, inciso “V” do parágrafo 3º, a obediência aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação, aos adolescentes, de qualquer medida privativa de liberdade.

Ressalta-se que a Justiça Restaurativa tem papel importante na aplicação do princípio da excepcionalidade no que tange à imposição da medida socioeducativa de internação ao adolescente.

Por meio da Justiça Restaurativa evita-se que essa medida socioeducativa seja aplicada de imediato, sendo primeiramente utilizadas práticas restaurativas consolidando a excepcionalidade da privação de liberdade do adolescente.

Em consonância ao estabelecido na Magna Carta, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe em seu art.122, parágrafo 2º, que “em nenhuma hipótese, será aplicada a internação, havendo outra medida adequada”.

Estabelece, ainda, o art.122 e incisos que a internação só poderá ser aplicada quando tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

A Lei 12.594/12, ao abordar regulamentação para a execução de medidas socioeducativas aos adolescentes que praticarem atos infracionais, mencionou princípios restaurativos.

Art. 35: A execução de medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios: [...] II – excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se os meios de auto composição e conflitos; III – prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas, e sempre que possível, atendam às

necessidades das vítimas; [...]

Ainda que seja de fundamental importância o papel desempenhado por profissionais capacitados em atender os menores infratores, como psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, é necessário que o adolescente tenha consciência e compreensão do que fez para que a partir daí possa construir um novo ideal de vida.

O ECA representa uma esfera natural para o desenvolvimento do novo modelo, lembrando-se que as melhores experiências de justiça restaurativa e mediação surgiram nos tribunais de menores e expandiram-se para a justiça comum. Além de uma fácil adaptação normativa, a adoção da mediação nesse campo poderia ter efeitos positivos, tais como recuperar o sentido da medida sócio-educativa, que hoje funciona como punição, e evitar estigmatização e segregação de crianças e adolescentes em conflito com a lei. Conflitos, cuja resposta institucional oferecida representa o tipo de compromisso com o futuro assumido pela sociedade. Uma sociedade que oferece uma resposta hostil, distanciadora e excludente, estabelece um compromisso de futuro análogo.¹⁰

Para os adolescentes infratores trata-se de um processo destinado à reflexão, introspecção, aceitação da culpa. É um processo não-estigmatizador.

Operacionalização da Justiça Restaurativa

A Justiça Restaurativa é um meio de resolução de conflito participativo em que as pessoas afetadas se reúnem voluntariamente a fim de dialogar para que juntas possam atribuir responsabilidades, restaurar vínculos rompidos e reparar os danos advindos da conduta do infrator.

É necessário o consenso de ambas as partes, quais sejam do autor da infração e da vítima, para que seja possível a prática restaurativa. Logo, em não havendo o ajuste e a concordância das partes envolvidas não há que se falar na Justiça Restaurativa como meio alternativo de resolução de conflitos.

Na legislação brasileira inexistem dispositivos expressos que preveem a Justiça Restaurativa. No entanto, o Código de Processo Penal, a Lei de Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/95) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), sobretudo o

¹⁰ VITTO, Renato Campos de. Reflexões sobre a compatibilidade do modelo restaurativo com o sistema brasileiro. **Revista IOB de direito penal e processual penal**. Porto Alegre, v. 9, n. 49, p. 109-209, abr./mai. 2008.p.28.

instituto da remissão, preveem a utilização de métodos que vão de encontro aos princípios restaurativos.

Buscam-se meios efetivos de promoção e construção da paz entre as partes envolvidas a fim de alcançar uma ética baseada no diálogo e na compreensão.

Por vezes, a imposição de uma medida socioeducativa ao adolescente não possibilita a compreensão das causas e consequências do ato praticado e a responsabilidade de sua conduta.

A proposta da Justiça Restaurativa ao chamar os envolvidos para uma participação ativa é uma forma de humanização do sistema, visando à admissão de responsabilidade do adolescente e a superação dos traumas da vítima.

A base ética da Justiça Restaurativa está na: a) Horizontalidade entre os envolvidos; b) Cooperação voluntária no processo; c) Reconhecimento da humanidade de todos; d) Reconhecimento dos anseios dos envolvidos por valores que todos têm em comum; e) Respeito pelas fortes emoções que pessoas vítimas de transgressões podem experimentar; f) Ênfase no contexto social do fato; g) Responsabilidade de todos pelas futuras consequências das transgressões; h) Ações que buscam curar e restaurar o valor simbólico e real do que foi perdido e quebrado.¹¹

Nota-se o empoderamento na resolução dos conflitos, desfocando do ato infracional para os danos que foram cometidos, tentando encontrar um paralelismo.

Há o encontro do autor do fato e da vítima e a busca da admissão de responsabilidade por parte do autor, sendo necessária a voluntariedade de participação das partes envolvidas. Os membros da comunidade de interesse de cada uma das partes são convidados a participar.

O processo restaurativo no Brasil deve se atentar para os direitos e garantias fundamentais. Desde o início, as partes envolvidas devem ser informadas e saber o funcionamento das práticas restaurativas.

Por ser um meio alternativo de resolução de conflitos e por ser necessário o elemento da voluntariedade, as partes podem revogar a qualquer momento. Caso o

¹¹ VIEIRA. Tatiana Belons. Justiça Restaurativa: uma nova forma de se pensar justiça. Da teoria à realidade. **Edição Especial da Revista da Defensoria Pública** Direito da Criança e Adolescente. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br>>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.p.105-106.

procedimento já tenha dado início e a vítima e/ou ofensor desistirem de participar, se não for possível obter um acordo, o caso é encaminhado para a justiça tradicional.¹²

Nesse sentido, a própria Resolução n. 12/2002, que dispõe sobre os princípios básicos dos programas de Justiça Restaurativa, menciona uma série de preceitos que os Estados devem observar na implementação das práticas restaurativas, a fim de que se evitem violações a direitos e garantias individuais.¹³

Há valores que regem a Justiça Restaurativa: a) Empoderamento de todos os envolvidos e sua participação na solução do conflito; b) Igualdade e respeito nas relações humanas; c) Busca de sentido e pertencimento na responsabilização dos danos causados; d) Satisfação das necessidades a partir da solução do conflito.¹⁴

As práticas restaurativas podem ser utilizadas quando se tenta evitar um processo judicial, quando processos chegam à justiça e são encaminhados a centros comunitários ou à funcionários da justiça que façam essas práticas ou quando são adaptadas em processo de conhecimento como forma alternativa à sentença.

Há, ainda, discussões acerca da presença do advogado. Aos que aderem a esse posicionamento entendem que o advogado teria um papel de garantidor ao verificar se determinadas exigências são possíveis, se é respeitada a dignidade do adolescente.

Faz-se menção a quatro perspectivas dentro da dinâmica da prática restaurativa ao ser definido o conteúdo pelas partes: 1) a reparação dos danos. Discute-se como será feita, em qual contexto e quais são os danos; 2) a integração social do adolescente. Abordam-se quais são os direitos sociais que precisam ser contemplados para que esse ato tenha perspectiva de futuro, para que isso não volte a acontecer; 3) o fortalecimento do vínculo familiar, sobretudo na fase da adolescência, como perceber os conflitos com o adolescente; 4) o tempo de acompanhamento que será definido entre as partes.

¹² É o que dispõe o parágrafo 11 da Resolução 2002/12 do Conselho Econômico e Social da ONU.

¹³ CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DA ONU (ECOSOC). Resolução 2002/12, de 24 de julho de 2002. Regulamenta os princípios básicos para a utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal. **Organização das Nações Unidas**: Agência da ONU para refugiados (UNCHR), E/RES/2002/12. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>. Acesso em: 01 de outubro 2014. (Tradução por Renato Sócrates Gomes Pinto).

¹⁴ VIEIRA. Tatiana Belons. Justiça Restaurativa: uma nova forma de se pensar justiça. Da teoria à realidade. **Edição Especial da Revista da Defensoria Pública** Direito da Criança e Adolescente. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br>>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.p.105.

a) As pessoas são vistas como redes de relacionamentos e não como meros indivíduos. São seres humanos que atuam e interagem numa determinada sociedade, a qual eles têm uma relação de pertencimento e não estigmatização. Afinal, não é apartando do convívio social alguém que foge às regras que a questão estará solucionada; b) Os atos praticados são sinais de desarmonia em relacionamento entre pessoas; então são analisadas as dimensões física, mental e emocional de cada indivíduo. O foco está nas causas do ato, nele propriamente dito e principalmente nas suas conseqüências. A resposta é um acordo elaborado onde cada um dos participantes tem uma função. Isso reforça a noção de pertencimento falada no item anterior e também a restauração com qualidade; c) Na abordagem restaurativa não há antagonismos. Senta-se em círculo para conversar sobre o ocorrido. Não é um debate tipicamente sofista, todos estão ali em relação de igualdade e têm a chance de dizer ao outro de que maneira o ato o afetou, o que causou a prática da conduta. Estão ali os que foram afetados, procuram neste encontro conversar e pensar juntos uma solução que parte do grupo. Vê-se o resgate das técnicas ditas primitivas de solução de conflitos onde se sentava em círculo para resolvê-lo com todos os membros do grupo afetados e não se saía dali até que fosse solucionado porque isso acabava afetando a coletividade como um todo; d) A função é restaurativa. Busca-se uma reflexão acerca da responsabilidade de cada um com a desestrutura ocorrida. Não visa intimidar, dar lição de moral. Através de um facilitador devidamente capacitado para a função, as responsabilidades são trabalhadas e é pensada uma restauração das relações sociais com os olhos no futuro. Como dito acima, é elaborado um acordo e depois há a verificação de seu cumprimento; e) O ato é visto como resultado de diversos fatores de ordem social, psicológica, econômica, física, mental, entre outros. Se a desestrutura surgiu na sociedade, nada melhor do que ela mesma para tratar disso com seus próprios agentes. O que se exige como estrutura mínima é muito mais barato do que todo aparato judicial.¹⁵

Há a participação dos pais e as famílias se reúnem para discutir. O adolescente admite a responsabilização perante a vítima e a vítima tem oportunidade de fazer perguntas para o adolescente.

Adota-se uma postura diferente na Justiça Restaurativa: a ideia é fortalecer os vínculos familiares, fomentar laços de autoridade da família e fazer com que o adolescente se veja mais próximo dela.

¹⁵ VIEIRA. Tatiana Belons. Justiça Restaurativa: uma nova forma de se pensar justiça. Da teoria à realidade. **Edição Especial da Revista da Defensoria Pública** Direito da Criança e Adolescente. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br>>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.p.104-105.

Aprender a resolver conflitos de modo cooperativo e não-violento, baseado numa ética de diálogo, tendo como objetivo a responsabilização coletiva e participativa de todos os envolvidos, é, como visto, um grande desafio. O ato de se fazer justiça por meio do diálogo que esclarece e conscientiza e não por meio do julgamento se apresenta “subversivo” em relação à ideologia historicamente enraizada que se baseia no “poder sobre o outro” e não no “poder com o outro”¹⁶

O funcionamento da Justiça Restaurativa está ligado ao encontro das partes, a admissão da responsabilidade pelo adolescente, à voluntariedade e à autonomia.

Com o auxílio de um facilitador que procura não interferir no processo dá-se a oportunidade para que cada parte possa falar, tanto a vítima como o adolescente. Caso o adolescente não admita a responsabilidade o processo não dará continuidade.

Justiça Restaurativa e a Política Pública

Enfatiza-se a busca pelo reconhecimento do Poder Público da Justiça Restaurativa como política pública. Deve-se dar mais atenção à implementação da Justiça Restaurativa para concretização de seu fim. A implementação da Justiça Restaurativa demanda mudanças, logo deve ser encarada como um processo gradual e não como uma imposição sob pena de não obter resultados positivos.

A Justiça Restaurativa é vista como um modelo efetivo de reparação do mal causado às vítimas, às famílias e à comunidade que busca a reflexão e a consciência de responsabilidade daquele que infringiu a lei, afastando a ideia tradicional que visa somente a punição dos culpados.

As práticas restaurativas no Brasil permanecem isoladas. Não há troca de experiências e não há articulação. São necessários profissionais especializados e um atendimento das diversas disciplinas. Ademais, os serviços devem ser regulares, fazendo parte, sobretudo, da estrutura dos serviços judiciais.

Importante ressaltar que, a prática da Justiça Restaurativa depende de uma vinculação a outras políticas públicas, dentre as quais, a educação, a segurança, o serviço

¹⁶ PENIDO, Egberto de Almeida. “Justiça e Educação: Parceria para a Cidadania” em Heliopólis/SP: a Imprescindibilidade entre Justiça Restaurativa e Educação. **Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal**. v.9 ,n.50,jun/jul.2008.p.201-202.

social e a saúde. Com isso, é possível se pensar em uma inserção social daquele que praticou o ato infracional e na resolução do conflito existente.

O Estado tem papel fundamental para a implementação da política pública, tendo participação dentro do processo de condução da concretização da Justiça Restaurativa no Brasil. A Justiça Restaurativa destaca-se por seu caráter educacional e preventivo no tocante aos adolescentes. As políticas públicas devem ser elaboradas uniformizando os procedimentos e as regras que regem as práticas restaurativas. Para que seja bem sucedida é necessária a colaboração de agentes sociais, políticos e instituições que movimentem políticas públicas.

CONCLUSÃO

Apresentada como uma forma alternativa para resolução dos conflitos, a Justiça Restaurativa exige participação efetiva e voluntária da vítima, do autor do ato infracional e da comunidade.

Através do encontro espera-se um comportamento positivo de aceitação, compreensão mútua e transparência de sentimentos. Almeja-se um acordo para que o mal causado seja reparado e o autor tenha consciência de sua responsabilidade.

A Justiça Restaurativa propõe uma nova forma de fazer justiça e fazer justiça demanda uma mudança consciente. Logo, deve ser encarada como um processo gradativo de aceitação social e não como uma imposição sob pena de ser fadada ao insucesso.

Além dos direitos e garantias fundamentais serem respeitados, há uma constante busca pela garantia e promoção dos direitos humanos.

É possível a prática restaurativa no Brasil no tocante ao Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente aos atos infracionais de menor e média gravidade. Com isso, acredita-se afastar a estigmatização do autor do ato infracional aos olhos da sociedade buscando sua inclusão.

À medida que o infrator aceita a responsabilidade oriunda de seu ato, sente-se tratado com respeito e dignidade, visualizando a lei como um instrumento de justiça e não como um instrumento de imposição e punição. O ideal restaurativo é que se promova a reconciliação entre o autor da infração e a vítima.

A fim de dirimir o ressentimento gerado e para que o adolescente não fique refém da culpa é que as práticas restaurativas devem se fazer presentes. O propósito é fazer

despertar no outro a transparência de sentimentos aliados ao perdão e à alteridade, na perspectiva de colocar-se no lugar da outra pessoa. Os envolvidos são ouvidos despidos de superioridade e a relação é de horizontalidade para que haja superação dos traumas e conflitos.

Os projetos de Justiça Restaurativa, no âmbito da Infância e Juventude, contribuíram para materializar o disposto na Constituição Federal: Estado, família e sociedade devem dar prioridade absoluta aos direitos das crianças, adolescentes e jovens a fim de promover seu desenvolvimento com dignidade e liberdade.

BIBLIOGRAFIA

BORGES. Nayara Gallieta; PRUDENTE. Neemias Moretti. Justiça Restaurativa como forma alternativa de composição de conflitos de ordem criminal. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto-SP, a. XVII, n. 21, p. 175-190, jan./dez. 2012.p.175-190.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DA ONU (ECOSOC). Resolução 2002/12, de 24 de julho de 2002. Regulamenta os princípios básicos para a utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal. **Organização das Nações Unidas**: Agência da ONU para refugiados (UNCHR), E/RES/2002/12. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>. Acesso em: 01 de outubro 2014. (Tradução por Renato Sócrates Gomes Pinto).

FIELD, Rachel. Encontro Restaurativo Vítima-Infrator: Questões Referentes ao Desequilíbrio de Poder para Participantes Jovens do Sexo Feminino. In: PINTO, Renato Sócrates Gomes et al (org.). **Justiça Restaurativa. Coletânea de Artigos**. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005. p. 385-412.

LARRAURI, Elena. *Tendencias actuales de La justicia restauradora*. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 12, n. 51, Nov./dez. 2004. p.72.

LARRAURI, Elena. Op. Cit., p. 2004, p. 72; TELLO, Nancy F. A Justiça restaurativa – um programa integral de atenção e prevenção do delito. **Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal**, São Paulo, ano IX, n. 52, p. 203-205, out./nov. 2008.

MAXWELL, Gabrielle. **A Justiça Restaurativa na Nova Zelândia**. In: Bastos, Márcio Thomaz; Lopes, Carlos e Renault, Sérgio Rabello Tamm (Orgs.). **Justiça Restaurativa: Coletânea de Artigos**. Brasília: MJ e PNUD, 2005. Disponível em: <<http://www.justica21.org.br>>. Acesso em: 15 de setembro de 2014.

MELO, Eduardo Rezende. Justiça e Educação: Parceria pra a Cidadania (Um Projeto de Justiça Restaurativa – São Caetano do Sul/SP). In: **Revista de Estudos Criminais**. Porto Alegre/RS: Fonte do Direito, ano VI, nº 22, 2006. p. 100.

PENIDO, Egberto de Almeida. “Justiça e Educação: Parceria para a Cidadania” em Heliópolis/SP: a Imprescindibilidade entre Justiça Restaurativa e Educação. **Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal**. v. 9,n.50,jun/jul.2008.p.201-202.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. Justiça Restaurativa é Possível no Brasil? In: PINTO, Renato Sócrates Gomes et al (org.). **Justiça Restaurativa. Coletânea de Artigos**. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005. pp. 19-39.

_____. **Justiça Restaurativa. O paradigma do encontro**. Disponível em: <<http://www.justica21.org.br>>. Acesso em: 02 de outubro de 2014.

PRUDENTE, Neemias Moretti. **Algumas Reflexões sobre a Justiça Restaurativa**. Disponível em: <<http://www.justiciarestaurativa.org>>. Acesso em: 29 de setembro de 2014.

ROSA, Alexandre Moraes da. Justiça Restaurativa e Ato Infracional: Práticas e Possibilidades. **Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, vol. 9, n. 50, jun./jul. 2008, pp. 205-213.

SICA, Leonardo. **Justiça Restaurativa e Mediação Penal: O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão do Crime**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p.23.

VIEIRA, Tatiana Belons. Justiça Restaurativa: uma nova forma de se pensar justiça. Da teoria à realidade. **Edição Especial da Revista da Defensoria Pública** Direito da Criança e Adolescente. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br>>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.

VITTO, Renato Campos de. Reflexões sobre a compatibilidade do modelo restaurativo com o sistema brasileiro. **Revista IOB de direito penal e processual penal**. Porto Alegre, v. 9, n. 49, p. 109-209, abr./mai. 2008.p.28.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008, p. 170-172.

